BemPromotora

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. - CNPJ 10.397.031/0001-81 | NIRE 43300054985 Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

>>> continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)

com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando trânsito em julgado no montante de R$ 2.190 em 2025 (R$ 1.927 em 2024). **3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. **3.13 Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente as comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros e serviços de tecnologia. ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.14 Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados é composto por gastos com pessoal e demais insumos diretamente relacionados aos serviços prestados pela companhia. **3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.16 Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivo potencial nas ações ou instrumentos de conversão. **3.17 Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. *Estrutura do gerenciamento de risco* - A Companhia adota políticas de gerenciamento de risco com o objetivo de identificar e analisar os riscos inerentes às suas operações, estabelecer limites e controles adequados, bem como monitorar continuamente sua exposição e conformidade com esses parâmetros. Essas diretrizes e sistemas de gestão são revisados periodicamente para garantir que refletam as mudanças nas condições do mercado e na evolução das atividades empresariais. Por meio de normas, programas de treinamento e práticas de gestão, a Companhia busca fomentar um ambiente de controle disciplinado e proativo, assegurando que todos os colaboradores compreendam claramente suas funções e responsabilidades no processo de mitigação de riscos. O Conselho de Administração exerce a supervisão das políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos, acompanhando sua implementação e revisando a adequação da estrutura vigente, de modo a garantir sua eficácia diante dos desafios enfrentados pela Companhia. *a. Risco de crédito* - O risco de crédito refere-se à possibilidade de prejuízo financeiro para a Companhia decorrente da inadimplência de clientes ou contrapartes em instrumentos financeiros, que deixam de cumprir suas obrigações contratuais. Essa exposição ocorre principalmente em relação aos valores a receber de correspondentes. *b. Risco de liquidez* - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. *c. Risco de mercado* - Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Em relação ao *impairment*, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4. Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 108,0% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. Essas aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de *rating Fitch Ratings*:

			Controladora		Consolidado	
Instituição	**Agência**	**Classificação de Risco**	**2025**	2024	**2025**	2024
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	*Fitch Ratings*	AA+ (bra)	**15.280**	9.241	**16.107**	9.770
Banco XP S.A.	*Fitch Ratings*	AAA (bra)	**25.127**	25.656	**25.127**	25.656
Itaú S.A.	*Fitch Ratings*	AAA (bra)	**670**	591	**1.623**	1.431
			41.077	35.488	**42.857**	36.857

5. Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	**2025**	2024
IR/CSLL retidos na fonte	**50**	191	**107**	226
IR/CSLL a recuperar do exercício corrente	**4.458**	3.491	**4.458**	3.491
IR/CSLL a recuperar de exercícios anteriores	**10.304**	7.781	**10.304**	7.781
IR a compensar - pagamento a maior (a)	**-**	1.233	**-**	1.233
(-) Provisão para não realização de incentivos fiscais IR/CSLL (b)	**(7.624)**	(9.282)	**(7.624)**	(9.282)
PIS e COFINS de créditos tributários	**171**	140	**171**	140
PIS e COFINS retidos na fonte	**424**	469	**424**	469
ISSQN retido na fonte	**613**	667	**615**	670
ISSQN a recuperar	**1**	2	**1**	2
Total	**8.397**	4.692	**8.456**	4.730

(a) A Companhia entrou com o Mandado de Segurança nº 5049920-74.2022.4.04.7100/RS em setembro de 2022, pleiteando o direito à dedução em dobro das despesas com o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador no cálculo do lucro real, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.321/76. Em dezembro de 2024, transitou em julgado a decisão favorável à Companhia autorizando a dedução deste benefício, o que resultou num montante de IRPJ a recuperar de R$ 963, que atualizado para 31 de dezembro totalizou R$ 1.233, considerando o recálculo retroativo ao ano de 2018.

(b) Vide Nota Explicativa nº 2.6.

6. Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

a. Valores a receber de correspondentes

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Valores a receber de correspondentes	**40.548**	32.206
(-) Provisão para perda no recebimento de créditos	**(37.980)**	(31.262)
Total	**2.568**	944

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País - Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que a instituição tinha a receber de correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, seja por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.

Movimentação das provisões para perda	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	**31.262**	25.179
Provisão / (reversão)	**25.002**	19.437
Baixas para prejuízo	**(18.394)**	(13.695)
Recuperação de prejuízo	**110**	341
Saldo no final do exercício	**37.980**	31.262

b. Valores a receber de procedimento arbitral

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Contingências trabalhistas – Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11 d)	**3.546**	5.317
Reembolsos – Procedimento arbitral	**1.676**	1.609
Total	**5.222**	6.926
Circulante	**2.693**	1.852
Não circulante	**2.529**	5.074

7. Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	**% de participação**	**Saldo inicial**	**Resultado da equivalência**	**Dividendos distribuídos**	**Dividendos provisionados**	**Saldo final**
Ano 2025	**100%**	**1.465**	**940**	**(499)**	**(98)**	**1.808**
Ano 2024	100%	1.249	525	(184)	(125)	1.465

8. Imobilizado e intangível

	Controladora e Consolidado			
Imobilizado	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Móveis e Equipamentos**	**Equipamentos de informática e outros**	**Total**
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2024	**3.316**	**1.446**	**2.165**	**6.927**
Movimentações no exercício				
Aquisições	327	103	625	1.055
Alienações – Baixa Custo	(78)	(883)	(1.075)	(2.036)
Alienações – Baixa Depreciação	76	861	1.060	1.997
Depreciação	(397)	(185)	(1.229)	(1.811)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	**(72)**	**(104)**	**(619)**	**(795)**
Custo	5.575	2.419	9.581	17.575
Depreciação acumulada	(2.331)	(1.077)	(8.035)	(11.443)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	**3.244**	**1.342**	**1.546**	**6.132**
Movimentações no exercício				
Aquisições	170	10	80	260
Reclassificações	(48)	48	-	-
Alienações – Baixa Custo	(1.441)	(593)	(1.444)	(3.478)
Alienações – Baixa Depreciação	848	303	1.417	2.568
Depreciação	(401)	(180)	(775)	(1.356)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2025	**(872)**	**(412)**	**(722)**	**(2.006)**
Custo (*)	4.256	1.884	8.217	14.357
Depreciação acumulada (*)	(1.884)	(954)	(7.393)	(10.231)
Impairment (**)	(768)	-	-	(768)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	**1.604**	**930**	**824**	**3.358**
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

	Controladora e Consolidado		
Intangível	**Marcas**	***Softwares***	**Total**
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2024	**26**	**12.934**	**12.960**
Movimentações no exercício			
Aquisições (*)	9	6.247	6.256
Alienações – Baixa Custo	-	(287)	(287)
Alienações – Baixa Depreciação	-	287	287
Amortização	-	(6.282)	(6.282)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	**9**	**(35)**	**(26)**
Custo	35	37.232	37.267
Amortização acumulada	-	(24.333)	(24.333)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024.	**35**	**12.899**	**12.934**
Movimentações no exercício			
Aquisições (*)	-	3.431	3.431
Alienações – Baixa Custo	-	(66)	(66)
Alienações – Baixa Depreciação	-	66	66
Amortização	-	(6.147)	(6.147)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2025	**-**	**(2.716)**	**(2.716)**
Custo	35	40.597	40.632
Amortização acumulada	-	(30.414)	(30.414)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2025.	**35**	**10.183**	**10.218**
Taxas anuais médias de amortização	-	33%	

(*) A sociedade controlada apresenta um saldo de R$ 6 registrado no grupo de marcas e patentes. Considerando o baixo valor, a composição do ativo intangível está sendo apresentada de forma consolidada.

(**) O *impairment* de benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se ao saldo residual de investimentos realizados em imóvel alugado, para o qual a Administração decidiu pela rescisão do contrato de locação que se concretizará no início do ano de 2026.

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	**2025**	2024
Imposto de renda	**-**	-	**19**	16
Contribuição social	**-**	-	**10**	9
Encargos sociais	**1.377**	1.610	**1.378**	1.614
PIS/COFINS	**1.204**	1.326	**1.205**	1.328
ISSQN	**629**	693	**631**	697
Outros tributos	**647**	765	**647**	765
Total	**3.857**	4.394	**3.890**	4.429

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1 Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Provisão para perdas no recebimento de crédito	**37.980**	31.262
Provisão para perdas estimadas decorrentes de testes de recuperabilidade	**768**	-
Provisão para despesas gerais e administrativas	**8.890**	8.704
Provisão para indenizações contratuais	**13.745**	13.663
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	**6.735**	5.039
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	**68.118**	58.668
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias	**23.160**	19.947
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	**534**	228
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	**534**	228
Alíquota da contribuição social	**9%**	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	**48**	20
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	**23.208**	**19.967**

10.2 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Exercício de 2025	**-**	2.992
Exercício de 2026	**7.882**	2.507
Exercício de 2027	**5.878**	5.816
Exercício de 2028	**4.155**	5.139
Exercício de 2029	**3.192**	3.513
Exercício de 2030	**2.101**	-
Total	**23.208**	19.967

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.

10.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2025	2024
Resultado antes da tributação	**21.493**	29.872
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Despesas de tributos à alíquota nominal	**(7.307)**	(10.156)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:		
Reversão/(Despesas) indedutíveis permanentes	**377**	(1.470)
Despesas indedutíveis de IR, dedutíveis de CSLL	**(100)**	(54)
Receitas não tributáveis	**497**	419
Resultado de participações societárias	**320**	178
Incentivo da Lei do Bem	**943**	1.608
Incentivos fiscais (PAT)	**241**	330
Patrocínios e doações	**264**	445
Imposto de renda calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	**24**	24
Recálculo retroativo de IRPJ/CSLL de 2022, 2023 e 2024	**720**	-
Total do IR e CSLL no resultado	**(4.021)**	(8.676)
Corrente	**(7.262)**	(10.685)
Diferido	**3.241**	2.009
	Controlada	
	2025	2024
Receita Bruta	**1.395**	1.042
Base de cálculo presumida - 32%	**446**	333
Demais receitas	**219**	131
Base de cálculo de IR e CSLL	**665**	464
Contribuição social - 9%	**(60)**	(42)
Imposto de renda - 15%	**(100)**	(70)
Adicional de imposto de renda - 10%	**(42)**	(22)
Total do IR e da CSLL no resultado	**(202)**	(134)
Corrente	**(202)**	(134)
	Consolidado	
	2025	2024
Total do IR e CSLL no resultado	**(4.223)**	(8.810)
Corrente	**(7.464)**	(10.819)
Diferido	**3.241**	2.009

11. Provisão para contingências

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. A Companhia provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável e a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Consolidado 2025	**Trabalhistas (a)**	**Cíveis (b)**	**Fiscais (c)**	**Total**	**Trabalhistas Processo Arbitral (d)**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**4.874**	**164**	**577**	**5.615**	**5.317**
Constituição e Atualização Monetária	2.833	393	-	3.226	971
Reversão da Provisão	(285)	(19)	(476)	(780)	(957)
Baixas por Pagamento	(1.089)	(136)	-	(1.225)	(1.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.333**	**402**	**101**	**6.836**	**3.546**
Circulante	1.066	-	101	1.167	1.305
Não circulante	5.267	402	-	5.669	2.241
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2025 - Risco Provável	2.157	39			
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2025 - Risco Possível e Remoto	549	-			

Consolidado 2024	**Trabalhistas (a)**	**Cíveis (b)**	**Fiscais (c)**	**Total**	**Trabalhistas Processo Arbitral (d)**
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**5.963**	**122**	**577**	**6.662**	**6.565**
Constituição e Atualização Monetária	2.697	(41)	-	2.656	1.596
Reversão da Provisão	(2.247)	86	-	(2.161)	(1.049)
Baixas por Pagamento	(1.539)	(3)	-	(1.542)	(1.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.874**	**164**	**577**	**5.615**	**5.317**
Circulante	1.053	-	577	1.630	1.852
Não circulante	3.821	164	-	3.985	3.465
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2024 - Risco Provável	2.322				
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2024 - Risco Possível e Remoto	487				

(a) Trabalhistas: referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem ser devidos no montante de R$ 9.879 em 31 dezembro de 2025 (R$ 10.191 em 31 de dezembro de 2024). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2025, somam R$ 2.157 (R$ 2.322 em 31 de dezembro de 2024). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destes, conforme apresentada no Balanço Patrimonial. Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R$ 3.546 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 5.317 em 31 de dezembro de 2024), na rubrica de "Valores a receber decorrentes de processo arbitral" (Nota Explicativa nº 6 b), tendo como base a sentença proferida no processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d). Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R$ 17.550 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 13.569 em 31 de dezembro de 2024). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2025, somam R$ 94 (R$ 139 em 31 de dezembro de 2024) Esse montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos desse vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda destes processos. Destacamos que as premissas utilizadas para segregar curto e longo prazo, tanto dos processos trabalhistas, quanto dos depósitos judiciais foram as seguintes:

• Curto prazo: foram considerados processos em fase de liquidação, execução ou execução provisória;

• Longo prazo: foram considerados processos em fase recursal, que aguardam julgamento na 2ª instância ou em Tribunais Superiores.

(b) Cíveis: referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual e, em alguns casos, cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos no montante de R$ 402 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 164 em 31 de dezembro 2024). Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R$ 3.954 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 3.544 em 31 de dezembro de 2024), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências.

(c) Fiscais: a Companhia constituiu provisão para não realização de incentivos fiscais relacionados à aplicação da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) no exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da provisão é de R$ 101 e deve ser revertida no período em que os projetos que formaram base para o benefício sejam homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Adicionalmente, a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de Auto de Infração, que constituiu um crédito tributário de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R$ 11.448 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 10.870 em 31 de dezembro de 2024), já considerando a multa de ofício de 75%. Entretanto, a Administração não constituiu provisão para perda desta ação judicial tendo em vista a classificação de risco definida pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como a sentença do processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d).

(d) Procedimento arbitral: Em 05 de agosto de 2019, foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais Acionistas (Nota Explicativa nº 11 a), e medidas acautelatórias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11 c). Referente as medidas acautelatórias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral. Para suportar o risco tributário, o Banco Original S.A. forneceu Carta Fiança, à Justiça Federal do Distrito Federal no processo 1014299-86.2017.4.01.3400 no montante de R$ 11.448 (R$ 10.870 em 31 de dezembro de 2024). Para suportar os riscos trabalhistas, o Banco Original S.A. apresentou garantia no valor de R$ 5.200, atrelada à títulos públicos, conforme Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão de Comandos para Registro de Gravames e ônus firmado com o Banco Bradesco S.A. em 23/12/2024.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social e composição acionária - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2025 e 2024	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**Participação**
AMCM Participações Ltda.	**792.215**	**35,2704%**
RSR Participações Societárias Ltda.	**333.091**	**14,8296%**
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	**1.120.813**	**49,9000%**
Total	**2.246.119**	**100,0000%**

12.2 Reservas - (a) Reserva legal: A Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social da Companhia preveem que, do lucro líquido do exercício, deverá ser destinado o montante de 5% para a conta de reserva legal, limitando o saldo desta conta a 20% do capital social. Em 2025 a Companhia não destinou valores para constituição da reserva legal, visto que o saldo da reserva já atingiu o limite de 20% do capital social. **(b) Reserva para investimentos:** Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2024, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R$ 4.572 referente ao saldo remanescente de lucros do exercício de 2023. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2025, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R$ 4.239, referente ao saldo remanescente de lucros do exercício de 2024. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2025, foi destinado para distribuição de dividendos o montante de R$ 10.000, à conta das reservas de lucros para investimentos (Nota Explicativa nº 12.3). **(c) Reserva para contingências:** Em conformidade com o Estatuto Social, os Acionistas aprovaram, na Assembleia Geral Ordinária de 2024, a destinação de R$ 1.233 dos lucros disponíveis para constituição de reserva para contingências. A definição deste valor considerou as provisões relativas a contingências cíveis e trabalhistas registradas no balanço de 31 de dezembro de 2023, cujo risco de perda das ações foi classificado pela assessoria jurídica como "Provável". Na Assembleia Geral Ordinária de 2025, deliberou-se pela transferência do montante de R$ 1.046, oriundo do saldo das reservas para contingências, para a conta de reserva para investimentos, tendo como referência o saldo das contingências cíveis e trabalhistas provisionadas no balanço de 31 de dezembro de 2024. **(d) Lucros a disposição a Assembleia Geral:** Do resultado remanescente do exercício de 2024, no montante de R$ 9.196, foi destinado para a constituição de reserva para investimentos o montante de R$ 4.239, e o restante, no montante de R$ 4.957, foi destinado para a distribuição de dividendos, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 2025. Do resultado do exercício de 2025, R$ 7.691 foram destinados para o pagamento de dividendos com base no resultado intermediário do primeiro semestre, nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social da Companhia (Nota Explicativa nº 12.3). O resultado remanescente do exercício de 2025 no valor de R$ 9.781 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. **12.3 Dividendos -** O Estatuto Social da Companhia prevê que às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No ano de 2025 a Companhia distribuiu aos acionistas a título de dividendos o montante de R$ 11.110 (R$ 26.400 em 2024), conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Destinação do resultado do exercício anterior	**4.957**	14.400
Dividendos intermediários semestrais	**6.153**	12.000
Total	**11.110**	26.400

Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2025, os Acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 1.538 à conta do lucro líquido apurado no primeiro semestre, deduzido do montante já deliberado e pago conforme Assembleia Geral Extraordinária de 10 de setembro de 2025. Conforme deliberação dos Acionistas e com base na Lei nº 15.270/2025, este montante será pago em parcela única no dia 31 de março de 2026. Neste mesmo ato, os Acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no montante de R$ 10.000 à conta das reservas de lucros para investimentos. Conforme deliberação dos Acionistas e com base na Lei nº 15.270/2025, este montante será pago em duas parcelas, sendo: R$ 5.000 no dia 30 de setembro de 2026 e R$ 5.000 no dia 30 de setembro de 2027. No exercício de 2025, não foram constituídas provisões adicionais para pagamento de dividendos, uma vez que a distribuição de dividendos intermediários referentes ao primeiro semestre excedeu o percentual de 25% estabelecido como mínimo obrigatório pelo Estatuto Social.

continua >>>